

O RECONHECIMENTO DA IMPORTÂNCIA DO LUGAR DE FALA POR ALUNOS DE PEDAGOGIA NA DISCIPLINA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Data de aceite: 01/12/2023

Jacqueline de Faria Barros

Pós-Doutora em Estudos de Linguagem (Educação e Filosofia) pelo Programa de Pós-graduação em Letras/ UFF e em Diversidade e Inclusão pelo Programa de Pós-graduação do CMPDI/ UFF. Doutora em Literatura Comparada e Mestre em Literaturas Portuguesa e Africanas pela Universidade Federal Fluminense. Neuropsicopedagoga, membro do Grupo de Pesquisa em Diversidade e Inclusão da UFF e Psicanalista pelo SEPAI. Membro da equipe CECULT/ SSPET (FME) e Professora de Apoio Especializado da Fundação Municipal de Educação de Niterói

Este capítulo foi publicado no livro “História do Brasil: uma compreensão antropológica, social, filosófica e política. 2021.”

RESUMO: A proposta é fruto de uma experiência empírica em turmas de Pedagogia, em unidade privada da periferia do Rio de Janeiro. Sob a perspectiva do “lugar de fala”, esta análise aborda o aprendizado construído no instante em que se dá a ministração do conteúdo

“História da Educação no Brasil”. O enfoque da proposição parte da premissa do “instante já” clariceano. (Água Viva, 1973) cujos afetos, memórias e escutas se perfazem como sensibilidades forjadas para gerarem ressignificações e produzirem reminiscências, a despeito da cor da pele ou da classe social. Pretende-se, assim, observar a formação da consciência identitária - por alteridade - e de que forma a recepção deste reconhecimento do “lugar”, pode contribuir para a ressignificação de uma didática futura, nas pedagogas em formação quando no exercício do magistério, ou na maturação de crianças e adolescentes (à partir do contexto de desigualdade e de precarização do ensino público que, frequentemente, os afastam da consciência de si mesmos). Sob o viés negro de um povo mestiço - mesmo diante da imposição midiática de uma cultura predominantemente branca, imposta não somente por entranhas culturais familiares, mas por uma sustentação estrutural coletiva encarnada por uma nação historicamente preta que se deseja branca – se observará a importância do conhecimento das origens como forças ancestrais, formadoras da identidade e do “lugar de fala” do povo brasileiro.

O REGISTRO DA EXPERIÊNCIA

Quando um novo ano se inicia para um docente, há, sempre, muitas expectativas sobre o tempo que virá e os alunos que chegarão e, em 2020, a despeito da Pandemia do Covid-19, não foi diferente. Um novo ano, para um educador-jequitibá, ou seja, para um educador caracterizado conforme as formas descritas por Rubem Alves em Conversas para quem gosta de ensinar - “como as velhas árvores (...) possuem um nome, uma “história” a ser contada. Habitam um mundo em que o que vale é a relação que os liga aos alunos, sendo que cada aluno é uma “entidade” (...) portadora de um nome, uma identidade” -, traz consigo alunos e professores com tristezas e esperanças, para descobertas de outras leituras de olhares e de outros medos. Cada homem e cada mulher são textos! Textos lidos e relidos em palavras, expressões e situações no momento presentificado pelo exato instante em que se dá o acontecimento do evento: a aula. A aula é um evento cujo enredo se desenrola em um ou dois tempos de 50 minutos, mas que deve ecoar para a fora do “lugar de fala” da ação, deve ecoar do íntimo dos interlocutores para a vida. Sendo eco, o evento-aula que se traduzirá em experiência, será uma narrativa contada, tal como as histórias em torno da fogueira contadas por feiticeiras, bruxos, pajés e sacerdotes dispostos a compartilharem de si e de suas subjetividades e memórias, com o outro - para mediar e organizar a subjetividade alheia, a partir da linguagem, sem heroísmos, sem superpoderes, mas de um lugar de humildade por saberem-se incapazes e inadequados, humanos imperfeitos e finitos, desejosos de oferecerem uma paisagem, ainda que breve, do que a vida os ensinou ou as ensinou. Assim, o evento-aula, ecoado nas gentes (e que há muito já não conta com a presença de um “sábio”), renova as narrativas que forjam a humanidade, desde sempre, e se constroem junto com as histórias encontradas todas por aí, fora das aulas, mas dentro das escutas intermediadas por uma dialética quando todos, que estão no processo, são “aprendentes”, conforme compreensão freiriana. O registro deste “instante-já” bem-sucedido ao redor da fogueira virtual do computador, traduz um encontro pela palavra, feito por brasileiras mestiças em busca da transformação do status quo a partir de uma consciência renovada. Este é o “instante-já” do “lugar de fala”, tempo de entender questões profundas da existência humana e seus contextos pessoais brasileiros, em meio aos descompassos de uma pós-modernidade relativizada, neoliberal e onde a necropolítica impera, vivendo o caos urbano da violência dos discursos polarizados que teimam em ansiar a morte de quem está do lado “oposto” exilando, na verdade, a todos, porque ao formarem guetos, partem as possibilidades de ressignificação da sociedade como um todo, quando partem o social. Ademais, instantes como o sinalizado, de aprendizagem, também, podem ser construídos de questionamentos que ficam no ar por ocasião de uma fala mais dura, mais alegre, mais densa ou mais triste. Ao observar-se, no relato exposto, a vivência deste instante como um destes impressionantes segundos de descoberta daquele silêncio, quando alguém diz “Ouviu? Aqui passou um anjo”, não por força de quem

ministrou a aula, mas pela própria potência da ministração em conjunto com as forças somadas daqueles e daquelas que ali se encontravam dispostos ao momento significativo, entende-se que nem todos o perceberão! É fato. Mas os que o presentificaram, pelas vias da comunicação, jamais o esquecerão. A experiência registrada apresenta o encontro entre: alunas da periferia de São Gonçalo, mulheres mestiças, pretas e brancas, mães, em sua maioria, trabalhadoras formais ou informais, presentes em ambiente remoto através de plataforma virtual e a professora que media as aulas da História da Educação no Brasil, educadora, mulher, mestiça de pele branca, nascida no Brasil, filha de pais mestiços de pele branca, neta de mestiços cujas descendências contam com as presenças destacadas do negro e do português, com partes indígenas e com a influência de poucos imigrantes, tais como alemães e italianos. Esta proposta apresenta um caminho percorrido com turma de Pedagogia e aborda, pela perspectiva do “lugar de fala”, na captura do “instante-já” do evento-aula, a aprendizagem dialética construída da ministração do conteúdo.

O “INSTANTE JÁ” DA EXPERIÊNCIA COMO UM “LUGAR DE FALA”

O “instante-já” clariceano, como ideário da proposta deste encontro, sinaliza aos leitores sobre um tempo que não volta mais como tempo, mas que pode permanecer como aprendizado (ideia, arte, símbolo ou outro). A expressão empregada pela escritora de Água Viva é emblemática, pois caracteriza a própria condução da sua escritura em fruição e sem ordenações sistematizadas, o que ela caracterizará, ainda, como o it da coisa em si, o significado concreto do resultado deste tempo-instante que se esvai, mas que permanece na concretude do sujeito em seu processo de constituição subjetiva, ao longo da existência. Em sentido análogo, a prerrogativa clariceana do “instante- já” é o momento do acontecimento que se dá a partir de um silêncio ouvido e percebido pelo receptor, como Tu-interpretante, conforme a concepção teórica de Charaudeau que explica a ação dos sujeitos, no processo enunciativo, como “seres de palavra” e “seres empíricos”; os sujeitos da ação que organizam o mundo da realidade traduzindo-o em linguagem. Assim, tem-se um EU comunicante e um Tu interpretante que (será o leitor ou o ouvinte real) poderá ou não compreender o enunciado feito. Na nossa bem-sucedida comunicação entre alunas e professora, seres humanos “iguais e diferentes” (na verdade, uma comunicação entre educadores de ontem e de hoje), este enunciado insurge-se do “instante-já” de uma conexão potente estabelecida pela linguagem, intermediada pelo código linguístico, repleto de comparações, metáforas, antíteses, pressupostos e subentendidos – pelo canal aula que pode oferecer caminho empático ou caminho de rejeição – cuja linguagem, que visa à comunicação, é estabelecida por uma necessária correlação entre o tema, os contextos vividos pelos interlocutores, seus repertórios socioculturais e suas estruturas familiares para a compreensão imponderável da História, em registro, apresentada naquele “instante-já”.

Mas o instante-já é um pirilampo que acende e apaga, acende e apaga (...) Neste instante já estou envolvida por um vagueante desejo difuso de maravilhamento e milhares de reflexos do sol na água que corre da bica na relva de um jardim todo maduro de perfumes, jardim e sombras que invento já e agora e que são o meio concreto de falar neste meu instante de vida. Meu estado é o de jardim com água correndo. Descrevendo-o tento misturar palavras para que o tempo se faça. O que te digo deve ser lido rapidamente como quando se olha (...) Sim, esta é a vida vista pela vida (LISPECTOR, 1994, p. 21).

A autora, Clarice, ao desenhar essa imagem do imediato da experimentação da palavra com esse outro, apresenta ao leitor uma alteridade subvertida frente a alteridade que o mundo contemporâneo vem defendendo, pois ao mesmo tempo que a narradora-onisciente considera a si mesma como uma individualidade, reconhecendo a sua própria subjetividade e diferença, também, considera a individuação, por questão de alteridade, que é o outro. Sua fala só é fala, portanto, por ocasião deste outro existir, por ocasião dialética e social que este outro representa e traz no seu olhar ocupando um espaço no mundo, por direito. Conquanto a assente sociedade capitalista, devastada pelo impulso egoístico e narcísico do sistema - este impulso altera a condição dos sujeitos de seres autônomos a seres subjugados e controlados pelos media por manipulações de dados e de sonhos – não favorece a um equilíbrio ou a uma lucidez para o entendimento sobre a revelação de suas próprias origens.

A HISTÓRIA, A LINGUAGEM E O PROCESSO DIALÉTICO

Para o homem ou para a mulher mestiços de pele branca, por exemplo, saberem-se partes integrantes de uma sociedade preta, não lhes trará lucro, ao contrário disso, em uma sociedade preta, mas que insiste no ideário branco, onde pretos defendem lugar de pretos e brancos defendem lugar de brancos (ainda que mestiços), ser consciente do “lugar de fala” como mestiço, não se dá de modo recorrente e, quando se dá, a despeito do local de moradia e da classe social, há sempre senões relativos a cor da pele, ao desconhecimento das origens, ao senso comum, ou seja, oferece medo e rejeição, pois não há espaço para bom senso e razão em uma comunidade polarizada, além disso, é sempre preciso ser “aceito” pelas comunidades. Deste ponto, ao não ter esse acesso, por espelho, ao conhecimento indizível sobre si, não há qualquer possibilidade de encontro com a diversidade. Do reconhecimento de si, ou da percepção equilibrada de si mesmo, por bom senso, pode-se chegar à consciência da existência do outro e, necessariamente, à consciência do seu pertencimento ao grupo. Caso contrário, este processo não se realizará. Neste instante de descoberta, dado no momento de evocação do enunciado histórico no evento-aula, os olhos veem tanto a tragédia recusada do passado (que promove pontos identitários) quanto a alegria do encontro com seus antepassados, desvelados ou renascidos das tumbas da memória de um passado que, ao ser desvelado,

altera a autoestima de quem vê e a recepção do olhar do outro. O contexto de periferia torna-se pequeno para o exercício do Tu interpretante, pois este trata-se de um exercício inegociável. O Eu enuncia o que só o Tu interpretante pode apreender por suas entranhas, por suas memórias e reminiscências. A este princípio, denominado “lugar de fala” - de si e do outro - prevalece a marca da alteridade que é prioritariamente coletiva, ou seja, considera a individuação, a delimitação relativa aos sujeitos diversos, mas a sobrepõe, por transcender a todas as fronteiras ou aos referências microcósmicos de comunidades identitárias construídos de círculos imediatos a fim de assumir uma posição coletiva por ser social e da ordem do social, ordem da qual se originou, como única, por suas estruturas ancestrais. Como se ver e se reconhecer em plenitude, por uma História fraturada sob uma cultura branca que mesmo sendo preta firma-se em uma estranha ideologia diferente de tudo o que a fundou? O “lugar de fala”, do Brasil, não é o “lugar de fala” de outra nação. O Brasil tem suas particularidades, especificidades e influências. Em muito, o brasileiro mimetiza o norte-americano, fato absolutamente equivocado quando há a compreensão das culturas, dos costumes e das demais singularidades que traduzem esses povos, pela História. Após o exercício perceptível dos fatos históricos originários, realizados por experimentação linguística (possível somente pelo ente humano e para o ente humano não por convicção, mas por condição), não há mais qualquer possibilidade de retorno ao estado inconsciente anterior. Constatar pelo registro histórico, por exemplo, que o Brasil nunca foi branco, porque não existem brancos em um Brasil preto (com exceção dos imigrantes e seus descendentes), descortina uma verdade incômoda, velada historicamente pelas estruturas elitizadas colonizadoras para fins de manutenção do poder e de uma geração de lucros através da estratificação de classes. Manter a visão da favela distante da rua, da pele preta mais escura como a “mais preta” e da “mais clara” como “morena” (considerada pelo senso comum como “branca”), faz com que se fortaleçam os laços das segregações. A segregação traça caminhos separatistas que desprezam as unificações das alteridades ressaltando compromisso com o radicalismo. O reconhecimento da negritude brasileira deve ser um reconhecimento identitário realizado por aqueles que trazem na pele o racismo sofrido, por décadas, e, ainda, por homens e mulheres mestiços de pele branca. Este processo de reconstrução identitária de nação, a partir da desconstrução do discurso de um Brasil branco para o ensino de um Brasil preto - realizado a partir da mudança de paradigmas sociais tendo, na Educação, seu esteio e, o outro, como espelho e registro histórico – será possível reparar as injustiças e os desmandos sofridos pelos antepassados. O Brasil é preto, por isso todos devem agir como pretos, por uma sociedade transformada pela desconstrução. Na era da pós-verdade, mediada pela mutante e opressora mídia virtual, onde singularidades são traduzidas por certezas radicais, impossível mensurar tal propósito enunciativo sobre a História. Os discursos radicais ou os textos dos extremos defendidos e presentes na contemporaneidade não mais reivindicam causas coletivas, mas anulam as escolhas conscientes reduzindo o ser humano e a sua potência em ser,

por causas exclusivas, promovendo os guetos, as falsas “liberdades” ou as supostas “vontades” próprias de múltiplas minorias vorazes (que se distinguem umas das outras de culturas para cultura, de contextos para contexto, de rupturas para ruptura, de sutilezas, sexos, cores e opções, absolutamente distintas, para solidões e vazios, intransponíveis) apresentando o desamparo social no qual o ser humano se encontra, sem um “lugar de fala” legitimado, de fato, pois em um luta individualista o outro não existe. Sendo assim, não há a presença da ética, valor festejado por filósofos há tempos como um marcador social. Ao reencontrar-se com a sua ancestralidade por meio do outro (e este outro pode ser, a saber, o autor, Saviani, pode ser o próprio registro da História, pode ser a professora ou o próprio aluno), há o reencontro com a mãe, ou seja, a volta ao ventre terra, ao ventre nação, ao ventre dor, ao ventre outro e ao ventre da palavra original, renascendo para as reminiscências do discurso do outro, para as narrativas, os mitos que constituem os povos, para os textos que situam o ser humano em um outro lugar, neste outro “lugar de fala” que cada um deve ocupar, na História, não por uma individualidade, somente, mas por ser parte de um coletivo, de uma alteridade.

OS CONTEXTOS DOS TEXTOS SÃO DIALÓGICOS

Ao se realizar a abordagem dos capítulos iniciais do livro História das Ideias Pedagógicas no Brasil, do autor Demerval Saviani, pode-se observar, pelas origens da formação do povo brasileiro e pela perspectiva da evolução histórica educacional, o despertar para uma necessária consciência identitária das futuras educadoras sobre o “lugar de fala” do povo brasileiro. Saviani levanta pontos de encontro decisivos relacionados à forma de recepção deste reconhecimento do “lugar”, a partir do contexto de desigualdade social e de precarização do ensino público, pontos significativos para o lugar onde o Brasil se encontra, hoje. Ao explicar sobre a etimologia da palavra colonização, por exemplo, afirma: “manifesta-se aqui o significado de educação, (...) como um processo por meio do qual a humanidade elabora a si mesma em todos os seus mais variados aspectos” (SAVIANI, p.27, 2011), completando, logo em seguida, “Ora, no caso da educação instaurada no âmbito do processo de colonização, trata-se, evidentemente, de aculturação (...)” (SAVIANI, p.27, 2011). Djamilia Ribeiro em O que é o lugar de fala aborda o tema “lugar de fala” a partir da premissa de que é necessário que mulheres pretas tenham posicionamentos claros sobre serem partes de uma realidade cujo processo de construção se deu sob bases distintas a fim de que as pautas relativas às questões do feminino não se tornem banais e “uniformes”. Para tanto, Djamilia solicita das mulheres brancas discurso semelhante, ou seja, estas precisam se colocar como privilegiadas neste processo para que suas reivindicações não se caracterizem como discursos excludentes, mas tragam mais do que uma representatividade, tragam, para além do lugar experienciado e vivido, as marcas de uma reflexão mais ampla, sem restrições, que de fato atinjam as estruturas de poder.

Na contramão da questão supracitada, afirma o controverso antropólogo, Antonio Risério, em *Sobre o relativismo pós-moderno e a fantasia fascista da esquerda identitária* (2019) “que a ideia corresponderia à ânsia de calar a diferença numa lógica perversa e paradoxal de “inclusividade excludente”. Ideia veiculada pela perspectiva de determinados grupos considerados representativos de minorias que se colocam no lugar dos algozes. Quando “o dominado” passa a ser “o dominador”, conforme Paulo Freire enfatiza em *Pedagogia do Oprimido* traduzido por M.Gadotti assim: “a liderança revolucionária não pode usar os mesmos métodos e procedimentos antidialógicos de que se servem os opressores para oprimir”(GADOTTI, p.30). O autor ainda destaca que “Essa libertação não é, porém, uma luta individual. (...) Ela é coletiva, social e política: ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão (...) (GADOTTI, p.28, 1988), pois “O diálogo é, portanto, uma exigência existencial que possibilita a comunicação e permite ultrapassar o imediatamente vivido”(GADOTTI, p.29). A experiência dialógica e dialética retratada traz o caráter do “lugar de fala” como o inverso da exclusão; deseja ampliar as fronteiras que costumam separar os seres humanos e congregar estes, costurando detalhes ricos, diferenças belas, exatamente para não “exercer controle ditatorial sobre postura (...) dos outros, a fim de impedir que estes questionem dogmas de determinado grupo que se considera portador da verdade e do destino histórico da coletividade”(RISÉRIO, 2019).

OPRIMIDO OU OPRESSOR, CONCLUINDO

Entendendo o “lugar de fala” a partir da sociologia que vislumbra o oprimido e o opressor como fenômenos em polos condicionais, necessário é que se desmistifique as entranhas destes lugares polarizados ao se exercitar o afrouxamento do cerco histórico “mal dito”, para expor uma verdade há muito esquecida, inclusive para fortalecer os laços das polarizações como veículos potenciais negativos de modo a fragilizar ainda mais as comunidades retirando destas toda a possibilidade de empoderamento e união. O Brasil, antes colônia, como casa dividida, mantêm-se neste lugar, como um território de ninguém, sem reconhecer-se como povo, como História, como nação, submisso, pois em um Brasil mestiço, todos somos pretos, então, porque professores doutores continuam ministrando suas aulas como se não o fossem ou como se não soubessem sobre este “lugar de fala” do Brasil? Torna-se frustrante não ver na fala de docentes comprometidos com a educação ou nas escutas das futuras educadoras ou futuros educadores que trabalharão especialmente com crianças, a ciência a respeito de quem são a partir de suas origens. Como ministrarão História do Brasil no século XXI? Do mesmo modo como vem ministrando sobre o tema desde sempre? Não seria esta a razão do brasileiro permanecer neste lugar racista e preconceituoso? Todo homem e toda a mulher tem o direito de se reconhecerem a partir de um lugar. De onde eu vim? Onde nasci? Quem são meus pais, meus avós? Por que lutas suas subjetividades foram constituídas? Por quais critérios e sob quais bases foram forjadas

as suas memórias ancestrais, suas reminiscências, religiosidade, culturas e narrativas? Quando da ministração da disciplina História da Educação, realiza-se percurso histórico, contextualizado e amparado por pensadores relevantes a fim de que se compreendam as estruturas basilares da pedagogia brasileira, não somente quando da chegada dos portugueses ou dos primeiros jesuítas na terra recém descoberta, mas desde muito antes disso, quando, neste território, índios, índias, meninos, meninas, velhos e velhas, já habitavam a terra sob uma pedagogia informal, oral, pré-histórica, repleta de culto, rito, costumes, práticas e mitos riquíssimos, ou seja, uma educação vivíssima e atuante que de modo algum pode ser desprezada. Ademais, durante todo o trajeto do estudo mediado em História da Educação, somos convidados a pensar sobre os brancos portugueses que para cá vieram como residentes (que foram poucos) e, posteriormente, sobre os africanos que desembarcaram dos navios negreiros (em maior número). A partir destes estudos, há esclarecimentos de verdades das quais o brasileiro não pode fugir. A constatação destas evidências como verdades, são postas no “instante-já” do momento do evento-aula, aula que é resistência ao status quo vigente, não somente ao status que se autodetermina por uma mídia corrupta e que se deixa conduzir por uma liderança neoliberal, mas, ainda, pelo status daqueles que insistem nas segregações e nos extermínios.

REFERÊNCIAS

1. BUZZI, Arcângelo R. Filosofia para principiantes. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993.
2. GADOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1988.
3. HILL COLLINS, P. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do 10 pensamento feminista negro. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016 LISPECTOR, Clarice. Água Viva. 13ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
4. RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017 (in Coleção Feminismos Plurais)
5. RISÉRIO, Antonio. Sobre o Relativismo pós-moderno e a fantasia fascista da esquerda identitária. 1ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2019.
6. SAVIANI, Demerval. História das ideias Pedagógicas no Brasil. 3ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
7. http://www.letras.ufmg.br/victorhugo/anais_main/machado_02.htm 1